



SAÚDE MATERNO INFANTIL ANTES DA CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1988: REVISÃO NARRATIVA

SAMYLLÉ BARBOSA VERAS FERRO; FILIPE LEÃO FERRO

Introdução: A proposta de uma política pública de saúde resulta de processos históricos, lutas e reivindicações, na qual a população e os governantes estão envolvidos e emerge por meio de debates sobre os direitos humanos num contexto global ou local, bem como, para diversos seguimentos como a saúde materno infantil. **Objetivo:** Conhecer a implementação de políticas públicas materno infantis no Brasil em período pregresso a constituição democrática de 1988. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo qualitativo de revisão narrativa, apropriada para discutir o estado da arte de um assunto. As fontes de dados foram livros, sites do Ministério da Saúde, Legislações do Diário Oficial e artigos das bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/Bireme), Medline e da Scientific Electronic Library (SciELO), com buscas realizadas durante o mês de fevereiro de 2023. **Resultados:** O primeiro programa estatal de proteção à maternidade, à infância e à adolescência de que se tem notícia foi instituído durante o Estado Novo (1937/1945). As atividades desse programa eram desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde (MES). Em 1940, essas atividades foram delegadas ao Departamento Nacional da Criança (DNCR), através do Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro. Em 1983, o Ministério da Saúde, por meio da DINSAMI, elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança (PAISMC). O objetivo era melhorar as condições de saúde da mulher e da criança, incrementando a cobertura e a capacidade resolutiva da rede pública. No ano seguinte, o PAISMC deu lugar a dois programas específicos para a saúde da mulher e da criança, que funcionavam de forma integrada: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança (PAISC). **Conclusão:** Os programas PAISM e PAISC, surgiram como resposta do setor saúde aos agravos mais frequentes desse grande grupo populacional, e seus principais objetivos eram diminuir a morbimortalidade infantil e materna e alcançar melhores condições de saúde por meio do aumento da cobertura e da capacidade resolutiva dos serviços, conforme preconiza a Constituição Federal e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: **SAÚDE DA CRIANÇA; SAÚDE DA MULHER; MATERNO - INFANTIL; POLÍTICAS PÚBLICAS; ASSISTÊNCIA DE SAÚDE**